

**PARECER HOMOLOGADO**

**Despacho do Ministro, publicado no D.O.U. de 4/9/2012, Seção 1, Pág. 99.**

**Portaria nº 1086, publicada no D.O.U. de 4/9/2012, Seção 1, Pág. 96.**



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO**

<b>INTERESSADA:</b> Sociedade Educacional do Rio Grande do Sul		<b>UF:</b> RS
<b>ASSUNTO:</b> Recredenciamento das Faculdades Riograndenses (FARGS), com sede no Município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.		
<b>RELATOR:</b> Arthur Roquete de Macedo		
<b>e-MEC Nº:</b> 20077653		
<b>PARECER CNE/CES Nº:</b> 21/2012	<b>COLEGIADO:</b> CES	<b>APROVADO EM:</b> 26/01/2012

**I – RELATÓRIO**

O presente processo trata da solicitação de recredenciamento das Faculdades Riograndenses (FARGS), com sede localizada na Rua Tupi, nº 200, bairro Passo da Areia, no Município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, mantidas pela Sociedade Educacional do Rio Grande do Sul, com sede no mesmo Município e Estado.

A FARGS tem como missão a busca do conhecimento, dentro de uma organização didático-pedagógica moderna e inovadora. A FARGS possui atualmente um curso de pós-graduação lato sensu na área de Gestão de Projetos, destaca-se a boa inserção dos seus profissionais formados, mercado de trabalho em todas as áreas ofertadas, possui uma boa inserção na comunidade por meio de parcerias e possibilita aos seus alunos de graduação a oportunidade de obtenção de bolsas de monitoria.

A Instituição possui IGC 3 e constam, registrados no sistema e-MEC, pedidos de renovação de reconhecimento dos cursos de Administração; Ciências Contábeis; Direito; Turismo e Hotelaria.

Abaixo, destacamos os cursos de graduação oferecidos pela IES, seus respectivos atos autorizados e conceitos:

<b>Cursos</b>	<b>Atos</b>	<b>Finalidade / Conceitos</b>
Administração	Port. 2.130 16/6/2005	Rec. CPC 3
Ciências Contábeis	Port. 2.129 16/6/2005	Ren. Rec. CPC 3
Direito	Port. 1.054 21/12/2007	Rec. CPC 3
Gestão Comercial	Port. 102 2/7/2010	Aut. -
Gestão Financeira	Port. 102 2/7/2010	Aut. -
Hotelaria	Port. 2.131 16/6/2005	Rec. CPC 3
Sistemas para Internet	Port. 102 2/7/2010	Aut. -
Turismo	Port. 2.128 16/6/2005	Rec. CPC 3

**II. MÉRITO**

Com a finalidade de verificar as condições da Instituição, bem como as informações prestadas, dando prosseguimento ao fluxo processual, o Inep designou uma Comissão de Avaliadores in loco, composta pelos Professores Márcio Pereira, Affonso Celso Gonçalves Júnior e Fernando Luiz Andrade Bahiense, a qual visitou a IES, no período de 31/8 a 4/9/2010, gerando o Relatório de nº 80183 atribuindo à IES o Conceito Institucional final “3” (três).

Abaixo, transcrevemos a síntese das considerações dos indicadores avaliados pela comissão apresentados em seu relatório:

Dimensões	Conceitos
1. A Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).	3
2. A política para o ensino (graduação e pós-graduação), a pesquisa, a extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, para as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades.	3
3. A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.	4
4. A comunicação com a sociedade	3
5. As políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, seu desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho.	3
6. Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios.	2
7. Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação.	3
8. Planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional.	2
9. Políticas de atendimento aos estudantes	2
10. Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.	4
<b>CONCEITO INSTITUCIONAL</b>	<b>3</b>

Segue transcrição das considerações feitas pela Comissão de Avaliadores em seu Relatório:

**Dimensão 1: A missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)** As propostas constante do PDI 2003-2008, através do plano de metas e ações, foram adequadamente implementadas, com evidência documental. As funções, órgãos e a gestão da IES, por meio da estrutura organizacional descrita ao longo do PDI e também por organograma específico, estão adequados ao funcionamento dos cursos e demais ações existentes, haja vista que oito cursos de graduação na modalidade bacharelado, todos os previstos, já foram implementados e reconhecidos. Há ainda três cursos de graduação, na modalidade de tecnologia, dos quais foram sugeridos apenas estudos de viabilidade, contudo já estão autorizados à implantação. Ao que se verifica à implementação do PDI se deu conforme planejado.

Existiu articulação entre o PDI e os processos de avaliação institucional: autoavaliação, o que se verificou nos relatórios da CPA e na reunião com seus membros. Decorre que os resultados da autoavaliação foram utilizados como fator retroalimentador do planejamento da IES, principalmente, como análise e subsídio para futura alteração ou elaboração de novo PDI. Constatou-se, por evidência documental, a realização de ações acadêmicas e administrativas consequentes dos processos de autoavaliação. Relativo à articulação entre o PDI e as avaliações externas, o PDI, contemplou, adequadamente, os aspectos de corpo docente, biblioteca e planejamento econômico-financeiro, apontados pelo Parecer 1151/89 aprovado em 11/12/89 - Conselho Federal de Educação.

Resulta que os resultados da autoavaliação, apesar de não serem difundidos adequadamente no meio acadêmico, e da avaliação externa foram utilizados como subsídios para a revisão permanente do PDI, como também houve a existência de ações acadêmicas e administrativas consequentes dos processos avaliativos. Os

*indicadores da dimensão avaliada configuram um quadro SIMILAR ao que expressa o referencial mínimo de qualidade.*

***Dimensão 2: A política para o ensino (graduação e pós-graduação), a pesquisa, a extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades*** As políticas de ensino de graduação, pesquisa e extensão estão expressas no PDI. Estabelecem, basicamente, "integração com a pesquisa e a extensão, de forma indissociável, com vista à formação humana, científica e acadêmica". Ao que foi constatado na entrevista com os professores há esta integração. Os documentos oficiais mostram que estas políticas geram as atividades relativas ao ensino, à pesquisa e à extensão, que se integram ao contexto operacional da IES. As atividades realizadas nos cursos de graduação, ao que foi constatado na entrevista com os docentes e os discentes, são adequadas. Além disto, constatou-se que todos os cursos de graduação estão reconhecidos, o que indica o cumprimento dos referenciais mínimos de qualidade. As atividades realizadas na Pós-Graduação lato sensu, modalidade presencial, contemplam os referenciais de qualidade, haja vista que para a realização do curso se requer elaboração de projeto específico com a devida aprovação desta coordenação específica, o que resulta das diretrizes estabelecidas. As atividades da Pós-Graduação são acessíveis ao conhecimento da comunidade através de mídia própria para tal fim, como também, pelo site da IES. As atividades de pesquisa e de iniciação científica resultam de diretrizes de ações estabelecidas no PDI, bem como da normatização pertinente relativa à coordenação de Pós-Graduação que gere estas atividades, verificadas pelos projetos existentes e pelos trabalhos de conclusão de cursos. Estas atividades estão adequadamente implantadas e acompanhadas por coordenador específico para a pesquisa, nomeado pela Portaria nº 01 de 1 de março de 2009. Participam da pesquisa, em média, 8 (oito) professores e 60 (sessenta) estudantes. As atividades de extensão resultam de diretrizes de ações estabelecidas no PDI, bem como da normatização pertinente relativa à coordenação de Pós-Graduação que gere as atividades de extensão, verificadas pelos projetos existentes, bem como pelos convênios firmados. Estas atividades estão adequadamente implantadas e acompanhadas por coordenador específico para a extensão, nomeado pela Portaria nº 01 de 1 de março de 2009. Verifica-se a relevância acadêmica e social pelos vários projetos já executados e pelas 12 atividades de extensão (projetos) em andamento. Não se verifica a relevância científica. Deste contexto, resulta que os indicadores da dimensão avaliada configuram um quadro SIMILAR ao que expressa o referencial mínimo de qualidade.

***Dimensão 3: A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural:*** A responsabilidade social das Faculdades Riograndenses envolve o corpo docente, discente, técnico-administrativo e a comunidade local com a operacionalização de diversos Projetos e Programas, com respostas positivas. Amplia, ainda, as oportunidades de mercado de trabalho no seu entorno, quer no setor público e/ou privado. As ações praticadas pela IES estão coerentes com o PDI e é alvo de atenção em todos os cursos de graduação. Existem diretrizes institucionais claras nos documentos oficiais quanto à relação da IES com os setores da sociedade. Essas ações estão implantadas de forma adequada e são acompanhadas, contribuindo de forma efetiva com o desenvolvimento socioeconômico e educacional da região onde a IES está inserida. No que dizem respeito à inclusão social, as ações realizadas pela IES resultam de diretrizes institucionais evidenciadas nos documentos oficiais e são adequadamente implantadas

*e acompanhadas. Dentre as atividades de extensão desenvolvidas e acompanhadas pelo setor de comunicação da IES, destaca-se o Projeto Escola que abrange atualmente mais de 130 escolas de ensino médio (públicas e privadas) do município de Porto Alegre, o SAJUC (Serviço de Assistência Jurídica Comunitária), tem programa de atendimento gratuito à população de baixa renda, possuindo instalações bem equipadas proporcionando um atendimento de qualidade, a IES desenvolve também programas de Capacitação Digital, tendo a finalidade de aperfeiçoar e capacitar jovens carentes por meio de cursos de informática. Outro programa de destaque são os cursos de idiomas voltados para a comunidade externa, mais especificamente para guias turísticos do município. A inclusão social ainda marca presença em ações sociais abertas à comunidade. Dentro das instalações da IES existe uma capela (Igreja) com capacidade para aproximadamente 100 pessoas, com mais de 90 anos, que foi totalmente restaurada, configurando uma preocupação marcante à defesa do patrimônio cultural. Desta maneira os indicadores avaliados configuram um quadro ALÉM do que expressa o referencial mínimo de qualidade.*

**Dimensão 4: A comunicação com a sociedade:** *As ações de comunicação com a sociedade, praticadas pela IES, estão coerentes com os documentos oficiais e relacionados com o PDI, sendo coordenadas pelo Setor de Comunicação. A comunicação interna da IES não é eficiente e utiliza como principais meios de divulgação o portal eletrônico, murais e relatórios entregues aos Coordenadores de Curso, possibilitando a divulgação de suas ações. Atividades permanentes de extensão abertas ao público e jornais locais servem de canal de comunicação externa qualificada com a sociedade, obtendo um bom resultado, sendo essas ações coordenadas pelo setor de comunicação da IES. O contato com a mídia regional, por meio do Setor de Comunicação, é frequente e seus resultados arquivados em clipagens, o que também diferencia por suas ações concretas. A Ouvidoria está em fase de implantação, porém, sem infraestrutura física e pessoal específico. Desse modo, os indicadores avaliados configuram um quadro SIMILAR ao que expressa o referencial mínimo de qualidade.*

**Dimensão 5: As políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho:** *As políticas de pessoal, de carreira do corpo docente e do corpo técnico-administrativo da IES estão coerentes com o PDI. Na aferição in loco dos documentos comprobatórios de titulação docente foi constatado que a IES possui um quadro composto por 6,0% doutores, 68,4% mestres e 25,6% especialistas. Os professores, em sua maioria, são profissionais com experiência acadêmica e de mercado, sendo que por meio de verificação in loco, constatou-se que 65% possuem regime de trabalho horista, 8,3% integral e 26,7% em regime parcial. As políticas de aperfeiçoamento e desenvolvimento profissional do trabalho dos docentes e técnico-administrativos estão implementadas como prevê o PDI, mas pouco difundidas entre os dois segmentos. Tanto docentes como técnico-administrativos possuem boas condições de trabalho, com infraestrutura suficiente para o pleno desenvolvimento do ensino e administração. O plano de carreira dos docentes e dos técnico-administrativos foi elaborado conforme proposto no PDI, mas pouco difundido entre o corpo social da IES e recentemente protocolado à DRT (MTE), aguardando homologação. A IES proporciona ao corpo técnico-administrativo e docente ações de capacitação interna e externa. Deve-se destacar a satisfação do corpo técnico-administrativo e do corpo docente com o ambiente de trabalho e o bom relacionamento com os dirigentes da IES. Desta maneira os indicadores desta dimensão configuram um quadro SIMILAR ao que expressa o referencial mínimo de qualidade.*

**Dimensão 6: Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios:** A organização e a gestão da FARGS, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados estão coerentes com o especificado no PDI e no regimento da IES. A administração está pautada em princípios de qualidade e asseguram adequadamente a execução das atividades de ensino e extensão da IES, cumprindo os dispositivos regimentais e estatutários. O funcionamento do Conselho Superior (Conselho Acadêmico) obedece aos dispositivos regimentais e estatutários. No entanto, por meio de informações obtidas nas entrevistas com o corpo social da IES, ficou claro que a representatividade docente e discente neste Conselho não é alcançada pela falta de participação do corpo social para indicação de seus representantes. O funcionamento e a representatividade no Conselho e Colegiados de Curso obedecem aos dispositivos regimentais e estatutários, embora haja pouca representatividade do corpo social da IES como já assinalado. Desse modo, os indicadores configuram um quadro AQUÉM do que expressa o referencial mínimo de qualidade.

**Dimensão 7: Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação:** As Faculdades Riograndenses (FARGS), através de sua Mantenedora Sociedade Educacional do Rio Grande do Sul tem um contrato de locação para fins educacionais com o Instituto Educacional Vicente Palloti (Unidade Sede) e com a Sociedade Caritativa e Literária São Francisco de Assis (Unidade Centro), sendo que as instalações foram adaptadas para atender às necessidades relacionadas ao ensino e extensão, como biblioteca, salas de aula, laboratórios, recursos de informação e comunicação, estando desta forma coerentes com a especificada no PDI. Pode-se verificar que a IES tem investido na estrutura para o ensino atendendo às necessidades de cada curso. A IES possui duas bibliotecas, com duas bibliotecárias e quatro funcionários auxiliares, estando equipadas com microcomputadores, salas para estudo em grupo e com acervo adequado às atividades desenvolvidas; o acervo da biblioteca pode ser consultado remotamente. As instalações físicas são amplas, iluminadas e em bom estado de conservação atendendo, de forma geral, às necessidades atuais da graduação e pós-graduação, com acessibilidade e instalações adaptadas para portadores de necessidades especiais, localizadas no 1º piso, com entrada específica. Os laboratórios são climatizados, as salas de aulas são arejadas, iluminadas e equipadas adequadamente para o número atual de alunos. As práticas desportivas, quando obrigatórias, são desenvolvidas no ginásio de esportes da Escola Sevigne, localizado ao lado da Unidade Centro, que é locado especialmente para essa finalidade, existindo também espaço adequado para práticas desportivas na unidade sede. Na unidade centro existe um grande espaço arborizado, permitindo o desenvolvimento de atividades de convivência e lazer. Dentro das instalações da unidade centro existe uma Capela (Igreja) bem conservada. Desse modo, os indicadores configuram um quadro SIMILAR ao que expressa o referencial mínimo de qualidade.

**Dimensão 8: Planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional:** Existe coerência entre as ações de autoavaliação e o que estabelece o PDI. Verificou-se que a CPA foi constituída em abril de 2004, tendo protocolado três relatórios de autoavaliação em 2006, 2008 e 2009 no sistema e-MEC. Em entrevistas com o corpo social da FARGS, constatou-se pouca participação dos diversos segmentos sociais da IES no processo avaliativo, bem como pouca difusão na comunidade acadêmica. A divulgação dos resultados das avaliações é feita somente por meio de relatórios específicos para cada segmento, o que compromete a efetiva divulgação dos resultados para a comunidade

acadêmica. A administração demonstrou estar envolvida com o processo de autoavaliação, por meio de iniciativas visando o atendimento às prioridades identificadas nas avaliações internas. Os indicadores avaliados configuram um quadro **AQUÉM** do que expressa o referencial mínimo de qualidade.

**Dimensão 9: Políticas de atendimento aos discentes:** Há coerência entre as políticas de atendimento aos discentes e o que está previsto no PDI. Os programas de apoio ao desenvolvimento acadêmico dos discentes e as suas participações em atividades técnicas, científicas e culturais, ocorrem através de estímulo dos professores. As condições institucionais de atendimento ao discente, em relação às políticas de acesso, seleção e permanência dos estudantes praticadas pela IES, estão adequadamente implantadas e operacionalizadas, conforme o PDI, porém não existe uma política de acompanhamento psicopedagógico. São oferecidas oportunidades de formação continuada à comunidade e aos egressos, por meio de cursos de pós-graduação *lato sensu*. Apesar de existirem estruturas físicas adequadas para a realização de atividades esportivas, estas não são incentivadas pela IES, conforme informações obtidas em entrevista com o corpo discente. Assim, as políticas de atendimento aos discentes, em especial as atividades esportivas e de divulgação da produção da instituição, estão **AQUÉM** do que expressa o referencial mínimo de qualidade.

**Dimensão 10: Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior:** Há coerência da sustentabilidade financeira da IES com o especificado no PDI e os documentos oficiais apresentados que prevêm a sua manutenção por meio de recursos captados por matrículas e mensalidades. Existe adequação das políticas de captação e alocação de recursos, definidas pela mantenedora, que são devidamente estabelecidos no planejamento econômico-financeiro, constante no PDI. Estas são compatíveis com os cursos oferecidos e direcionados ao desenvolvimento das atividades de ensino e extensão. Há adequação nas ações de conservação do espaço físico, existindo uma política adequada de aquisição e renovação de equipamentos, sendo isto orientado pelo planejamento dos Coordenadores dos Cursos, por meio de seus Colegiados, referendado pelo Conselho Acadêmico e encaminhado para a Mantenedora que disponibiliza os recursos de acordo com o planejamento. Pelo fato da situação financeira da IES ser positiva, sendo mantida com recursos próprios, como apresentado no orçamento constante no PDI e documentos oficiais, isso permite que a IES faça um planejamento para cumprimento de suas metas estabelecidas no PDI, implantando três novos cursos superiores de tecnologia para início de suas atividades, previstas para o 1º semestre de 2011. Os demonstrativos contábeis e financeiros (balanços) mostram que a IES realizou resultados financeiros além dos previstos na fase orçamentária. Desta maneira os indicadores desta dimensão configuram um quadro **ALÉM** do que expressa o referencial mínimo de qualidade.

Abaixo, as considerações da SESu com base no relatório da Comissão de Avaliadores do Inep:

*“Foi considerado como não atendido pela comissão avaliadora o requisito legal referente ao plano de carreira por não estar homologado, porém encontra-se protocolado na delegacia do Ministério do Trabalho para registro. Baseando-se nas informações relatadas pela comissão, conclui-se que a instituição vem cumprindo o estabelecido em seu PDI, se empenhando em melhorar suas condições para a oferta de seus cursos, com corpo docente e técnico-administrativo qualificados e planos de carreira implantados, e protocolados no órgão competente, bem como programas de capacitação; as políticas para o ensino da graduação e pós-graduação atendem aos*

*referenciais mínimos, inclusive dos 8 cursos oferecidos, 5 já foram reconhecidos e possuem CPC satisfatório; a infraestrutura está adequada, atendendo às necessidades dos cursos e com acessibilidade; a CPA está implantada e em funcionamento, porém necessita de melhorias quanto à participação dos diversos segmentos representativos, bem como a divulgação dos resultados de avaliação; oferece aos seus alunos atendimento através de diversos programas de apoio, todavia não existe política de acompanhamento psicopedagógico; realiza ações de responsabilidade social envolvendo todas as áreas de maneira satisfatória; a comunicação interna não é eficiente e a Ouvidoria carece de estrutura física e pessoal específico; por fim possui sustentabilidade financeira suficiente para continuidade de suas atividades. Esta Secretaria entende que as fragilidades relatadas pela comissão de avaliação in loco poderão ser facilmente saneadas pela instituição não se tornando impedimento para o seu credenciamento. Acrescenta-se que deverão ser realizados procedimentos adequados para correção das citadas fragilidades.”*

Ao final, em seus relatórios a Comissão de Avaliadores do Inep atribui à IES um perfil satisfatório de qualidade e a Secretaria de Educação Superior – SESu manifesta-se favorável ao credenciamento da Instituição.

### **III. VOTO DO RELATOR**

Acolho o Parecer da SESu e voto favoravelmente ao credenciamento das Faculdades Riograndenses (FARGS), com sede na Rua Tupi, nº 200, bairro Passo da Areia, no Município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, mantidas pela Sociedade Educacional do Rio Grande do Sul, com sede no mesmo Município e Estado, observados tanto o prazo máximo de 5 (cinco) anos, conforme o artigo 4º, da Lei nº 10.870/2004, como a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007.

Brasília (DF), 26 de janeiro de 2012.

Conselheiro Arthur Roquete de Macedo – Relator

### **IV – DECISÃO DA CÂMARA**

A Câmara de Educação Superior aprova, por unanimidade, o voto do relator.  
Sala das Sessões, em 26 de janeiro de 2012.

Conselheiro Paulo Speller – Presidente

Conselheiro Gilberto Gonçalves Garcia – Vice-Presidente